

Sociedade

Racismo ambiental: o que é e como abordá-lo em sala de aula

O conceito, que pode ser trabalhado de forma interdisciplinar, refere-se ao mecanismo de exclusão socioambiental que afeta populações subalternizadas

Bruno Mazzoco



“Os progressos econômicos sempre fizeram com que a população negra estivesse exposta a riscos, seja na mineração, na agropecuária ou na indústria”, afirma Vidal Dias Mota Júnior, citando o desastre de Mariana (foto) como exemplo. Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

Apesar de não ser algo novo, o debate sobre racismo ambiental está ganhando mais espaço atualmente na sociedade e, conseqüentemente, nas salas de aula. O termo diz respeito à segregação, marginalização e exposição de determinados grupos sociais – como as populações negras – a maiores riscos ambientais.

“A nossa história é uma história de racismo ambiental. Todos os progressos econômicos sempre fizeram com que a população negra estivesse exposta deliberadamente a riscos, seja na mineração, na agropecuária ou na indústria”, afirma Vidal Dias Mota Júnior, doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e sócio-fundador do Instituto Dacor (Dados Contra o Racismo).

Para o pesquisador, as favelas e os chamados “desastres ambientais”, como os de Mariana (MG) e Brumadinho (MG), são exemplos paradigmáticos do “racismo ambiental à brasileira”.

“Aquilo que chamam de ‘tragédias ambientais’, na maioria das vezes, são crimes e não tragédias. Essas coisas não acontecem de uma hora para outra”, concorda Thaís Angeli, professora de Ciências e Biologia na EMEF Engenheiro Ricardo Caramuru de Castro Monteiro, em Araraquara (SP). “O descaso com o meio ambiente se confunde com o descaso com as pessoas pobres”, completa a educadora, que abordou a questão do racismo ambiental em seu mestrado em Educação na Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Origem do conceito de racismo ambiental

Termo nasceu da luta por direitos civis nos EUA, nos anos 1980

O conceito de racismo ambiental surgiu na Carolina do Norte, nos Estados Unidos, na década de 1980. Depois de anos de articulação das comunidades negras do Condado de Warren, para evitar que rejeitos industriais fossem depositados nas margens das estradas que circundavam o município, a Associação Nacional pelo Progresso das Pessoas de Cor (NAACP, na sigla em inglês) encabeçou uma grande manifestação para chamar a atenção da opinião pública para o problema.

Durante seis semanas, entre setembro e outubro de 1982, ativistas e a comunidade local bloquearam as estradas de Warren para que os caminhões não descarregassem os rejeitos que estavam contaminando os lençóis freáticos da região, habitada majoritariamente por afrodescendentes.

Apesar de não violenta, a tensão entre os manifestantes e as autoridades locais se acentuou, resultando em mais de 500 prisões, entre elas a do reverendo Benjamin Chavis, um dos líderes do movimento. Ao ser detido, o religioso – que fora assistente de Martin Luther King na juventude – protestou dizendo que se tratava de “racismo ambiental”.

Posteriormente, no livro *Confronting environmental racism: voices from the grassroots* (*Enfrentando o racismo ambiental: vozes da base social*, em tradução livre), Chavis viria a aperfeiçoar sua ideia: “Racismo ambiental é a discriminação racial nas políticas ambientais. É discriminação racial no cumprimento dos regulamentos e leis. É discriminação racial ao escolher deliberadamente [os locais onde

vivem] comunidades de cor [termo usado na época pelo autor] para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras. É discriminação racial ao sancionar oficialmente venenos e poluentes que ameaçam as vidas nas comunidades de cor”.

Tema transversal, abordagem interdisciplinar

No Brasil, a temática do racismo ambiental passou a ser mais discutida a partir dos anos 2000 e ganhou força com a centralidade do debate antirracista nos últimos dez anos. Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não use o termo racismo ambiental, ele pode ser trabalhado como um dos temas transversais na área de Educação Ambiental nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Para Rosa Margarida, formadora de professores especializada em estudos africanos e afro-brasileiros, assuntos como ecologia e sustentabilidade trazem consigo questões como a relação homem-natureza e a ocupação dos territórios. “Isso leva à menção do racismo ambiental, do espaço que o povo negro ocupa nesse território, o que se reporta às favelas, aos quilombos. As coisas se entrelaçam”, diz a educadora no e-book *Como construir uma escola antirracista*, da NOVA ESCOLA, que pode ser baixado gratuitamente.

Para atingir esse objetivo, a recomendação é partir de assuntos que se relacionam com o cotidiano. Podem ser questões locais que afetam a comunidade onde a escola está inserida, como enchentes, deslizamentos e ausência de saneamento básico, ou abordagens mais abrangentes, que estejam repercutindo nos meios de comunicação, por exemplo.

Saiba mais: Como abordar enchentes nas aulas dos Anos Finais do Ensino Fundamental?

Vidal defende o trabalho com projetos que articulem diferentes componentes curriculares e sugere estudos do meio como uma boa porta de entrada. “Os alunos podem começar sabendo sobre os nomes das ruas. Quem são essas pessoas? Qual é a relação delas com a comunidade?”, detalha. Um passo seguinte pode ser o levantamento dos riscos e impactos ambientais no entorno da escola. “Um dos exemplos mais evidentes é a ausência de arborização e áreas de lazer em bairros mais periféricos. São os locais que mais sofrem pela falta de infraestrutura ecológica. É muito importante que a escola trabalhe isso.” Nesse caso, além de Geografia e História, a proposta pode envolver Matemática, para a tabulação dos dados, e Língua Portuguesa, com uma produção textual. Thaís cita exemplos que tiveram repercussão nacional, como os deslizamentos de terra em Recife (PE) e São Sebastião (SP) ocorridos no início de 2023. “Eu já presenciei uma reportagem sobre uma ocupação se referindo aos moradores com termos preconceituosos”, conta. “Será que a ocupação irregular é uma escolha? Por que, quando vem a chuva, alguns grupos sofrem mais com enchentes e deslizamentos do que outros? Essas são boas perguntas para estimular a reflexão e fazer com que o estudante não aceite de forma acrítica aquilo que está chegando até ele.”

Racismo ambiental e as populações indígenas



Uma das maneiras de abordar o racismo ambiental é debater as pressões a que as diferentes comunidades indígenas são submetidas e os impactos da injustiça ambiental. Foto: Getty Images

Se nos contextos urbanos as populações afrodescendentes são as mais prejudicadas, nas áreas rurais são as populações indígenas e ribeirinhas que mais sentem os impactos da injustiça ambiental. Ao levar o assunto para sala de aula, é importante abordar essas questões.

É isso que propõe o documentário *Racismo ambiental – Terra Indígena Piaçaguera*, dirigido pela jornalista Catharina Apolinário e a morubixaba (cacique) Itamirim, que será trabalhado no segundo semestre deste ano nas escolas da rede pública de Santos (SP). O filme mostra a luta dos Tupi-Guarani para garantir a demarcação do território, onde vivem 363 indígenas distribuídos em 11 aldeias. Espremida entre as áreas urbanizadas dos municípios de Itanhaém e Peruíbe, no litoral sul paulista, a terra indígena Piaçaguera é mais um dos casos em que territórios tradicionais indígenas são ameaçados por diferentes interesses econômicos.

“Esse documentário foi feito na perspectiva da educomunicação, para atuar na realidade, falar com o próprio povo do território e com as pessoas de fora”, afirma Catharina. Para Vidal, trabalhos como esse trazem a possibilidade de utilização de metodologias ativas, que levam em conta as questões dos diversos contextos. “Essa vivência permite articular os problemas reais com os diferentes componentes curriculares”, salienta.

Exemplos de propostas para trabalhar em sala de aula

Uma atividade prática sugerida por Vidal para abordar o racismo ambiental voltado para comunidades indígenas é o mapeamento das pressões ambientais a que as diferentes comunidades estão submetidas. Para isso, ele recomenda a

utilização de bases de plataformas, como o site Povos Indígenas no Brasil, do Instituto Socioambiental, que mapeia a presença de centenas de povos indígenas no território brasileiro. “Dá para observar como os povos da reserva do Xingu, a maior do Brasil, têm sido afetados pelo desmatamento”, pontua. Outra ideia é fazer um levantamento, em organizações como o Greenpeace e o Inpe, para comparar como as populações indígenas estão mais expostas à contaminação por mercúrio em relação ao restante da população e como isso traz consequências para a saúde física e mental dessas sociedades.

“O racismo se manifesta na pressão que esse povo tem sobre seu modo de viver, para que eles deixem seus hábitos e costumes”, destaca Vidal. O pesquisador cita dados da Organização das Nações Unidas (ONU) que mostram que, apesar de representarem somente 5% da população mundial, os povos indígenas estão entre os 15% mais pobres e vivem em áreas que contém 80% da biodiversidade do planeta.

“São eles que estão na linha de frente no combate a atividades como o garimpo e a extração de madeira ilegais. As pessoas serem mais expostas a riscos por conta da cor de sua pele não é mais tolerável. Nenhuma forma de desenvolvimento justifica isso.”